

Possibilidades e dificuldades das mulheres negras no processo de formação em serviço social

RESUMO

Glacielli Thaiz Souza de Oliveira
E-mail: glaciellis@hotmail.com
Universidade Tecnológica Federal do
Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Maria Alves de Lima Duarte
E-mail: ma7liduarte@gmail.com
UNIBRASIL Centro Universitário,
Curitiba, Paraná, Brasil

Lindamir Salete Casagrande
E-mail: lindasc2002@gmail.com
Universidade Tecnológica Federal do
Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

O presente artigo tem por objetivo compreender quais foram as possibilidades e dificuldades que se materializaram no processo de formação das egressas negras do curso de Serviço Social de uma Instituição Privada no Município de Curitiba/PR. O interesse pela temática teve início a partir da compreensão das questões de gênero e étnico raciais vivenciadas nas discussões do grupo de pesquisa Trabalho, gênero, e violência doméstica e familiar (GETRAVI) a partir de 2014. Através dos encontros e dos debates no grupo de pesquisa se observou que as mulheres acumulam triplas jornadas de trabalho e nesse sentido buscamos compreender como se materializou o processo de formação das mulheres que se auto declararam negras. Por compreendermos que essas mulheres, na atualidade, ainda enfrentam índices de discriminação em maior amplitude que as mulheres que auto se declaram brancas, optou-se pelo recorte étnico racial nessa pesquisa. Sendo assim, realizamos uma pesquisa qualitativa por meio da aplicação de um questionário semiestruturado sendo que o universo da pesquisa considerou 66 egressas negras e desse público, apenas quatro aceitaram contribuir com a pesquisa. Após as análises dos dados, observou-se que uma das dificuldades explicitadas nas falas, foi a questão do racismo velado no espaço acadêmico e, em relação as possibilidades, algumas falas apresentaram o aumento da autoestima, do empoderamento enquanto mulher e negra diante dos obstáculos vivenciados na jornada acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres negras. Formação acadêmica. Gênero. Serviço social.

INTRODUÇÃO

É notório que na atualidade as mulheres ainda vivenciam disparidades de gênero em diversos âmbitos sociais, econômicos e culturais. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo compreender quais foram as possibilidades e dificuldades que se materializaram no processo de formação das egressas negras do curso de Serviço Social de uma Instituição Privada no Município de Curitiba/PR. O interesse pela temática teve início a partir da compreensão das questões de gênero e étnico raciais vivenciadas nas discussões do grupo de pesquisa Trabalho, gênero, e violência doméstica e familiar (GETRAVI) a partir de 2014. Através dos encontros e dos debates no grupo de pesquisa se observou que as mulheres acumulam triplas jornadas de trabalho. E dentro desse debate fez-se um recorte racial e percebemos o quanto a questão racial é secundarizada, e como isso agudiza cada vez mais a questão social das mulheres negras criando-se diversos obstáculos para a ampliação do seu acesso à educação formal e a própria cidadania.

Para analisar as possibilidades e dificuldades que nortearam a formação profissional das mulheres negras no acesso à educação e sua importância para o trabalho qualificado na vida das mesmas, buscou-se nesse artigo conforme aponta Mirian Veras Baptista (2006, p. 10) “pesquisar para saber, saber para agir, agir para transformar a realidade”.

Nessa linha de reflexão se faz necessário ressaltar que durante séculos os conflitos de gênero e etnia atingiram as mulheres de forma profunda, com destaque para as mulheres negras, sendo negligenciado o direito à cidadania como aponta Maria Elizabete Pereira (2009) e segundo a mesma autora o conceito de gênero se estabelece de forma positiva ou negativa sendo materializados para homens e mulheres de maneira diferentes já que as mulheres, em grande parte da história, foram vistas como extensão da propriedade do próprio homem, do lar e da sociedade.

Pensar nos estudos de gênero e suas mudanças sociais nos remetem as contribuições de Simone de Beauvoir e a importância dessa autora sobre a discussão e abordagem do feminismo. “Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (BEAUVOIR, 1980, p. 99).

Dessa forma, a sociedade define o gênero de cada ser humano e isso não pode ser tomado como algo natural, biológico, mas sim definido socialmente. Beauvoir tenta desconstruir essa ideia de natural e busca a igualdade entre os gêneros, demonstrando que mulheres e homens devem ter os mesmos direitos.

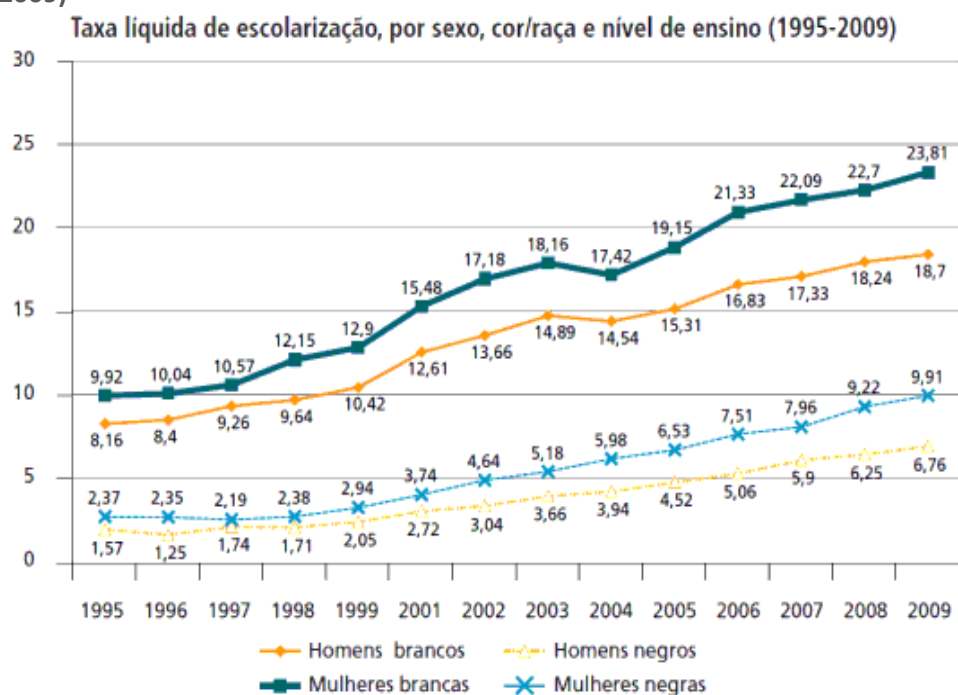
Outra ressalva importante é em relação a tripla discriminação que a mulher negra sofre: a primeira pelo simples fato de ser mulher diante de uma questão de gênero e todas as desigualdades que essa condição implica na sociedade. O segundo implicador de discriminação é em relação ao acesso a postos de trabalhos, é fato que grande parte das mulheres negras tem acesso a ocupações de trabalho de baixo salário o que implica nas condições socioeconômicas das mesmas, ou seja, grande parte dessa população se encontra na base da pirâmide econômica, que conforme Ricardo Henriques (2001) estabelece que a condição racial, no Brasil, ainda condiz com privilégios para os brancos e exclusão para os não brancos. E a

terceira e mais cruel é o fato de que ser mulher negra em uma sociedade preconceituosa e discriminatória, é vivenciar uma luta diária de sobrevivência em condições desiguais com os não negros, principalmente no contexto de uma sociedade que age de forma velada, isto é, ser mulher negra nessas condições é vivenciar diariamente uma labuta heroica e superar todas as barreiras que a vida nessa sociedade impõe. Cabe destacar que são elas as principais vítimas da violência doméstica. Todavia, esse disparate das ofertas de trabalho para as mulheres negras tem sua gênese no período pós-escravocrata.

As atividades escravocratas realizadas pelas mulheres negras como empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, costureiras, vendedoras de rua, ao mesmo tempo que facilitaram sua colocação no mercado de trabalho lhe proporcionaram uma ocupação no período pós abolição e lhes constituíram como responsável pela produção familiar, o que difere totalmente dos homens negros que não tinham nenhuma habilidade profissional e foram lançados no mundo de exclusão como cidadãos livres, sendo-lhes atribuídos a classificação de vagabundos e desordeiros, também lhe trouxeram um ônus muito perverso que foi o de que só serve para esse tipo de serviço. As mulheres negras foram literal e discriminadamente lançadas aos postos de trabalho considerados de segunda classe, trabalhos braçais e insalubres. (VILA NOVA SANTOS, 2013, p. 17)

Sendo assim, essa pesquisa buscou compreender como as mulheres negras que tiveram acesso ao ensino superior venceram dificuldades e vislumbraram possibilidades tendo em vista a conjuntura de adversidades vivenciada pelas questões de gênero e étnico raciais. Nessa lógica os próprios dados apresentados pelo IPEA ressaltam a desigualdade de acesso ao ensino superior como mostra o gráfico apresentado na figura 1.

Figura 1: Taxa líquida de escolarização por sexo, cor/raça e nível de ensino (1995-2009)



Fonte: Sotero, 2014, p. 38

Cabe salientar que os dados expostos se referem aos índices de escolarização para estudantes que iniciaram o ensino superior com recorte de idade de 18 a 24 anos, o que explicita que no caso de estudantes com maior idade os dados não estão computados. Pode-se notar que os índices apontados demonstram um baixo número de mulheres e homens negros com acesso aos bancos universitários. Contudo, não se pode negar que em relação há décadas anteriores há uma elevação do índice de mulheres negras com entrada nos centros universitários, esse fenômeno segundo Mariana Mazzini Marcondes et al. (2013) está ocorrendo devido as políticas de expansão do ensino superior através do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), e pelas ações de políticas afirmativas através das cotas raciais (IPEA 2013), porém observa-se que ainda existe um hiato no contexto da equidade entre as mulheres negras e as mulheres brancas nos centros universitários que precisam ser estreitados para se atingir a igualdade do acesso à educação do ensino superior. Diversos estudos já comprovam que quanto maior o nível de escolaridade atingido, maiores as chances de empregabilidade, sendo essa um dos motivos que levam as mulheres a retornarem ou a entrarem no ensino universitário, isto é, a busca por uma melhor colocação no mundo do trabalho.

Mesmo sabendo que negras e negros recebem um menor salário pela mesma mão de obra, as chances de colocação no mercado de trabalho aumentam. Lélia Gonzalez, em seus estudos realizados nas décadas de 1980 e 1990, já mencionava que no imaginário da sociedade capitalista, machista e conservadora se coloca para as mulheres negras um estereótipo da mulata, da empregada doméstica e da babá que foi sendo construído desde a sociedade escravista. Essa construção ainda é vivenciada atualmente. Segundo a autora:

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”). (GONZALES, 1984, p. 230)

Nessa lógica, a entrada no cenário acadêmico constitui para as mulheres tanto brancas como não brancas uma possibilidade de ascensão profissional e mudança da sua situação social e econômica. Não obstante Simone Beauvoir (1987, p. 14) salienta que “É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta”. Nesta linha de reflexão, na contemporaneidade, a mulher expandiu sua inserção no mercado de trabalho, porém, ainda enfrenta em muitos casos a dupla ou tripla jornada de trabalho, sendo a rotina diária uma busca por conciliar a demanda da casa, família e do trabalho. Entretanto, a promoção à educação formal também contribui para a diminuição das disparidades de gênero na sociedade e a busca pela sua autonomia financeira, cultural e social.

Na linha histórica da educação para as mulheres pode-se explicar que a inserção da mulher na universidade aconteceu embasada em percursos de negação e permissão, dependendo da conjuntura histórica a mulher tinha acesso

mais permissível aos estudos e em outros momentos esse acesso era totalmente negado, como demonstra Carlos Bauer (2001, p. 15)

Em meados do século XIV, devido a uma grave crise econômica, a mulher foi banida do mundo do trabalho e reclusa ao lar. A subordinação feminina era quase que total. Elas foram excluídas de atividades que desde tempos remotos, realizavam, como, por exemplo, a Enfermagem. As universidades, instituições criadas no século XIII, também foram proibidas as mulheres.”

No contexto do Brasil, o acesso aos centros universitários para as mulheres:

[...] teve início no final do século XIX. A primeira mulher a ingressar na universidade no Brasil, foi no estado da Bahia no ano de 1887, formando-se pela faculdade de medicina. As mulheres no Brasil só foram autorizadas a frequentarem um curso superior no ano de 1879 quando a elas fora concedido o direito de frequentarem o ensino universitário por Dom Pedro II, então Imperador do Brasil. (BLEY; CONCEIÇÃO, 1991, p. 56)

Sabe-se que no percurso profissional, as mulheres, na maioria das vezes, acessam as ocupações da área do cuidado e de setores dos cursos humanistas. Na contemporaneidade ocorreu um aumento do número de mulheres nas áreas das exatas e tecnológicas, contudo, este crescimento é lento e elas constituem minorias nas carreiras científicas e tecnológicas como enfatiza estudos das pesquisadoras Lindamir Salete Casagrande e Ângela Maria Lima e Souza (2015).

Na realidade dos cursos de Serviço Social nota-se que a maioria dos/as estudantes é constituído por mulheres, as quais têm buscado essa profissão visando o seu sustento financeiro e o sustento de suas famílias, da casa de forma geral, como explana Carlos Montaña (2007, p. 100) “(...) Serviço Social se constituiu num espaço de inserção social e ocupacional para as mulheres (tal como outras profissões)”

Todavia, “O Serviço Social, como profissão eminentemente feminina, tem, neste fato, o seu primeiro elemento de subalternidade, na medida em que se insere em sociedades marcadas e regidas por padrões patriarcais e machistas” (MONTAÑO, 2007, p. 98).

O fato da profissão do Serviço Social ser uma profissão eminentemente feminina acaba por sofrer consequências negativas que permeia o universo feminino, ao se inserir dentro de uma sociedade marcada por características patriarcais e conservadoras, que valoriza, acima de tudo, o gênero masculino em todos os âmbitos, deixando, dessa forma, em segundo plano todos os ideários que possam privilegiar ou emancipar de forma positiva o gênero feminino. Sendo assim, a subalternidade feminina construída sofre manutenção dessa mesma sociedade que imbuída de ideários “machistas”, como define Carlos Montaña (2007), o que acaba por impactar na categoria profissional feminina, que busca igualdade de condições e posições, assim como oportunidades que transformem essa sociedade, tendo por base também os interesses femininos defendidos pela categoria profissional.

Nesse sentido, se torna evidente que determinadas atividades são subalternizadas quando se diz respeito às atividades que mulheres possam executar, como ficou evidente na citação de Montaña (2007). Assim, a sociedade “machista” acaba por limitar, muitas vezes, o que é de responsabilidade e

atribuição do gênero feminino e do gênero masculino. Por conta dessa limitação conservadora, o gênero feminino ainda se depara com ideários preconceituosos e que por vezes subestimam e desvalorizam a potencialidade profissional, técnica interventiva e teórico-metodológico das profissões consideradas femininas, como por exemplo, o Serviço Social.

Contudo, no que se concerne a herança conservadora, o Serviço Social, em seu contexto histórico, vem rompendo com uma concepção conservadora de submissão à classe dominante, principalmente a partir do Código de Ética da Profissão (CFESS, 1993) que estabelece uma determinada concepção de direitos e cidadania, que vêm sendo assumida e defendida pelo projeto profissional em diferentes segmentos, adotando como valor central o reconhecimento da liberdade de forma que assume “compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais” (NETTO, 2007, p. 105). Nesse sentido:

Da mesma maneira que a educação, o serviço social configura uma intervenção sobre as questões que decorrem das relações sociais, portanto a pesquisa científica que realiza tem por objetivo reunir conhecimentos relativos a essas questões, como elas se expressam, como vão se construindo na história, e relacionados aos modos de agir sobre elas (BAPTISTA, 2006, p. 17)

Dessa forma, para alcançarmos os propósitos desse artigo seguimos alguns passos metodológicos os quais descrevemos no tópico a seguir.

CAMINHO METODOLÓGICO

Para fins desta pesquisa, utilizou-se como metodologia a pesquisa de natureza qualitativa, sendo possível uma aproximação da realidade das mulheres negras egressas do Curso de Serviço Social, levando em consideração toda a narrativa dos sujeitos que responderam o questionário online e que é parte fundamental desta pesquisa. Para coleta de dados foi utilizado o questionário semiestruturado, contendo perguntas abertas e fechadas.

Para o alcance dos sujeitos significativos da pesquisa tivemos acesso ao questionário online respondido pelos/as egressos/as do curso de Serviço Social de uma Instituição de Ensino Privada, no Município de Curitiba, para a coordenação do curso de Serviço Social no primeiro semestre de 2017, no qual as/os egressas/os declararam sua cor. Nesse sentido, das 66 pessoas sendo que dessas, tínhamos um universo de 60 mulheres das quais 37 se declararam negras, e apenas 4 egressas negras responderam o questionário online da nossa pesquisa no mês de junho de 2018.

Com a finalidade de preservar a identidade das participantes da pesquisa, optou-se por identificar as mesmas por nomes de mulheres negras que fazem ou fizeram parte do protagonismo do povo negro no Brasil. Ficando dessa forma definidas como: Dandara, Maria Carolina de Jesus, Conceição Evaristo e Marielle Franco.

EM CENA AS PROTAGONISTAS DA PESQUISA

Apresentamos os sujeitos efetivos da pesquisa, reconhecendo desde já a contribuição efetiva para a conclusão desse trabalho:

Dandara – Formada em serviço social há 3 anos, atualmente trabalha na área da saúde, mas não como assistente social. Tem 46 anos e sua renda é R\$ 1.300,00.

Maria Carolina de Jesus – Formada em serviço social há 5 anos, atualmente trabalha como assistente social, tem 32 anos e sua renda é de R\$ 3.861,00

Conceição Evaristo – Formada em serviço social há 2 anos, atualmente trabalha como assistente social, tem 32 anos e sua renda é R\$ de 1.850,00.

Marielle Franco – Formada em serviços social há 5 anos, atualmente trabalha como assistente social. Tem 33 anos e sua renda é de R\$ 1.985,00.

Diante do exposto do perfil das personagens da pesquisa seguimos a caminhada em busca de desvelar os dados analisados, os quais foram elencados em duas categorias de análise:

- Dificuldades enfrentadas no percurso de formação profissional do curso de serviço social;
- Possibilidades vislumbradas através da formação profissional em serviço social.

DIFICULDADES ENFRENTADAS NO PERCURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL.

Nesta categoria de análise o objetivo central é desvelar as dificuldades encontradas pelas egressas no seu percurso de formação profissional e nas próprias relações sociais. Sendo assim, perguntamos quais as maiores dificuldades que você encontrou no processo de formação profissional em uma Instituição Privada?

Dentre os depoimentos encontramos as falas que seguem;

“Como fui bolsista parcial a dificuldade era custear a parte não coberta pela bolsa, por isso aderi a um financiamento e estou pagando ainda, após quase 5 anos de formação”. (Maria Carolina de Jesus, 2018)

“Desde o início e término do curso nenhuma dificuldade, fui aprovada em todos os processos para ingressar no curso e na instituição. Não sofri nenhum preconceito em estar numa instituição privada.” (Dandara, 2018)

Observamos que as falas trazem vivências diferentes, isso ocorre porque os sujeitos podem estar na mesma instituição, no mesmo processo de formação profissional tendo acesso igualitário ao arcabouço teórico metodológico, mas, trazem consigo vivências e modos diferentes de perceber a vida, apresentam facilidades e dificuldades diferentes, percebem, sofrem e vivenciam experiências diferentes. A situação financeira foi uma dificuldade para Maria Carolina de Jesus e não se apresentou, ou não foi percebida como tal, por Dandara.

Em relação aos espaços que não condiz com o universo acadêmico perguntamos se algumas delas sofrera discriminação, através da pergunta: na sua trajetória de vida você sofreu algum obstáculo ou discriminação por ser negra/parda. Pode relatar? Todas participantes da pesquisa trouxeram relatos que apresentaremos na sequência.

Sim. No meu primeiro emprego aqui em Curitiba. Comecei trabalhando como Arquivista em um hospital bastante conceituado na cidade, e quando me deram dentro da instituição oportunidade de crescimento profissional passei a trabalhar como recepcionista. Funcionários da empresa me relataram que eu estava sendo a primeira recepcionista negra a exercer esta função dentro da empresa. A princípio me senti muito feliz em estar quebrando este preconceito dentro da empresa. Mas sofri bastante indiferença em relação aos pacientes atendidos e dos próprios “colegas brancos”. (DANDARA, 2018)

Certa vez, enquanto era estudante, fui indicada a uma entrevista de emprego e logo de início sem trocar uma palavra se quer, o entrevistador e “futuro chefe” solicitou que voltasse numa outra ocasião com cabelo escovado e melhor vestida. Para elucidar a situação ele se recusou a perder tempo com alguém que não representava a “imagem da empresa” (MARIA CAROLINA DE JESUS, 2018)

A discriminação racial sempre foi uma questão muito presente na minha vida, quando criança minha família sempre relatava experiência de vida com o tema. Ao me inserir na escola, ficou claro pra mim o que é ser discriminada por ter um tom de pele e um cabelo diferente dos outros, ouvi muitos insultos por coleguinhas da escola e sentia a indiferença dos profissionais da educação inerente ao tema naquela época. (CONCEIÇÃO EVARISTO, 2018)

Sofri sim. Todos não declarados, aqueles que ficam na cordialidade do racismo e, por assim ser, é até difícil relatar as situações, pois beira uma “acusação infundada”. Tive por exemplo na própria faculdade, um contexto muito complexo de relações interpessoais com um grupo de estudantes brancas, mais velhas, e que inclusive me ameaçaram, o que resultou em um boletim de ocorrência na Delegacia da Mulher, e audiência conciliatório que determinou a não aproximação de ambas durante o período da faculdade. De acordo com elas eu “queria me mostrar o tempo todo” e as provocava com as minhas “participações na sala”, além de eu e as minhas colegas estarem provocando elas com fotos no Facebook. No entanto, a ameaça que elas fizeram, fora só pra mim. Havia um nítido incomodo expresso nelas frente às minhas participações nas aulas e, numa atividade em que eu representava num teatro, uma mulher bem-sucedida profissionalmente, com arrogância da soberba, após a encenação, fui cercada no banheiro da faculdade pelo grupo, que alegou que minha encenação fora provocativa à elas. Bom, eu não entendi ao certo nada. Não havia materialidade nos fatos, que pudesse ilustrar quaisquer tipos de provocação ou declarado insultos à ao grupo. Para mim, em tudo isso havia o incomodo do lugar social elitizado que eu estava ocupando, devido cotas sociais e raciais. Eu fui bolsita Prouni por cotas raciais e Fies. Sempre deixei muito claro em minhas falas o meu lugar, da onde vim e porque eu estava ali. Determinantes que me diferenciavam da maioria do grupo, e em destaque aquele grupo, o qual compunham pessoas que estavam “realizando um sonho” de cursar Serviço Social, pois na verdade já tinham uma graduação anterior e uma carreira profissional sólida e bem-sucedida. Para mim

foi racismo velado, uma perturbação individual que acredito, talvez, não elas tinham certeza que estavam realmente incomodadas por ver aquele corpo negro, jovem, vinda da região norte da cidade, e ainda, permanecendo da faculdade com “o dinheiro delas”. Porque sim, elas eram contra cotas raciais e sociais. Enfim, o fato não foi identificado como racismo, apenas, perturbação, mesmo diante da minha alegação e comprovação de que, época anterior, este mesmo grupo, chegou a organizar um abaixo assinado para minha saída da sala. A coordenação do curso, mediu a situação. Foi horrível, me senti numa inquisição. A turma em reunião para decidir se eu poderia ou não permanecer na turma. A acusação? Eu era muito metida e agitava a sala (?). Provas? Nenhuma. Julgamento? As partes interessadas na minha saída. Então, se a pergunta é se eu sofri racismo na faculdade, posso dizer que com certeza sim. No entanto, eu entro naquele universo de negras e negras que sofrem o racismo e as pessoas reduzem dizendo “Ah! Mas é inveja porque você é bonita e inteligente”. Não! Não foi inveja, foi racismo. (MARIELLE FRANCO, 2018)

A fala de Marielle Franco demonstra a realidade vivenciada por muitos negras e negros nos espaços acadêmicos que muitas vezes se tornam invisíveis, o depoimento apresenta clara conotação de racismo sofrida em um espaço que deveria garantir o direito de permanência e convivência igualitária em todas as suas esferas. A participante da pesquisa ao relatar que o fato foi negligenciado na sua identificação como perturbação e não como racismo demonstra a falta da utilização do termo correto do qual Marielle foi vítima, pois a tipificação de racismo na legislação brasileira tem como princípio uma punição maior que um fato registrado como uma simples perturbação.

A universidade representa a pluralidade de conhecimentos e ideologias, as quais devem caminhar em alinhamento com os Direitos Humanos, tendo como um de seus pilares a formação de sujeitos íntegros, éticos e que respeitem as diferenças e pluralidades dos atores, vivenciar uma discriminação nesse espaço e não haver uma conduta que provoque a reflexão e a advertência aos que ocasionaram esse fato é endossar a manutenção do status quo da discriminação do racismo e do preconceito. Nesse sentido, pode-se entender que o racismo atribui a inferioridade a uma raça tendo como base as relações de poder, legitimadas pela cultura dominante (MUNANGA, 2002). O fato da Marielle estar em um curso de nível superior e ser uma das alunas que se destacava nas aulas incomodou um grupo da sala de aula que devido as vivências sociais e culturais se sentiram deslocadas do seu espaço, pois quem estava se destacando não era a moça branca, e sim a negra, bolsista que não atendia os “padrões” orquestrados pela tecido social, o incomodou foi tanto que gerou quase uma agressão física a ex aluna. Todavia, o que incomodava na verdade? A fala? A roupa? A cor da pele? Acredita-se que seja um conjunto de fatores pois aquele corpo representava naquele momento o não habitual, o não padronizado, o não “bonito” e elitizado. A mulher negra que não atendia o ideal colocado pela sociedade, pois para as agressoras aquele espaço não pertencia a ela, o agravamento de não tomar uma medida mais rígida em relação ao fato ocorrido nos muros acadêmicos pode ser analisado como abrandamento da penalidade e negação do racismo, já que no país vivemos em uma sociedade que prima pela “democracia racial”.

A fala de Maria C. de Jesus aponta que, na atualidade, as mulheres negras enfrentam preconceito em todas as esferas da sociedade, principalmente com relação ao estereótipo, esse que deve ser baseado nos quesitos do

branqueamento social. Nessa percepção, Nilma Lemos escreveu em uma revista sobre os cabelos crespos: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? O texto traz:

Durante séculos de escravidão, a perversidade do regime escravista materializou-se na forma como o corpo negro era visto e tratado. A diferença impressa nesse mesmo corpo pela cor da pele e pelos demais sinais diacríticos serviu como mais um argumento para justificar a colonização e encobrir intencionalidades econômicas e políticas. Foi a comparação dos sinais do corpo negro (como o nariz, a boca, a cor da pele e o tipo de cabelo) com os do branco europeu e colonizador que, naquele contexto, serviu de argumento para a formulação de um padrão de beleza e de fealdade que nos persegue até os dias atuais. (LE MOS, 2002, p. 40)

A percepção de Lemos nos propõe uma reflexão acerca dos negros e mestiços, sujeitos culturalmente híbridos, que compõem a maioria dos cidadãos deste país multiétnico e multirracial, para participarem ou ascender socialmente, tiveram que se submeter a um “branqueamento psicossocial e moral”, ou seja, negros e mestiços teriam uma adesão à ideologia racial dos brancos e renunciariam à sua cultura ancestral.

A despeito de estereótipos, apesar das diversas mudanças na política racial, onde as mulheres negras resolveram parar de usar química nos cabelos num processo denominado de Transição Capilar e fizeram deste ato um posicionamento político e de empoderamento, o qual pode-se definir como

[...] próximo da noção de autonomia, pois se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas – política, econômica, cultural, psicológica, entre outras. Desse modo, trata-se de um atributo, mas também de um processo pelo qual se aquire poder e liberdades negativas e positivas. Pode-se, então, pensar o empoderamento como resultante de processos políticos no âmbito dos indivíduos e grupos. Numa perspectiva emancipatória, empoderar é o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão. Nesse sentido, equivale aos sujeitos terem poder de agenda nos temas que afetam suas vidas. Como o acesso a esses recursos normalmente não é automático, ações estratégicas mais ou menos coordenadas são necessárias para sua obtenção (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007, p. 486).

Principalmente no que diz respeito à ressignificação de suas identidades como mulheres negras, elas continuam cuidadosas com os seus cabelos, e o alisamento ainda é considerado um assunto sério. Insistem em se aproveitar da insegurança que as mulheres negras sentem com respeito ao seu valor na sociedade de supremacia branca. bell hooks (2005) fala sobre a experiência que teve ao discutir sobre beleza com jovens mulheres negras, estudantes em Spelman College e muitas destacaram que achavam importante possuir os cabelos lisos para conquistar uma vaga de emprego.

Segundo bell hooks (2005) muitas mulheres negras nos Estados Unidos que decidem usar dreads assumem um posicionamento totalmente oposto ao ato de alisar os cabelos e são desprezadas até mesmo por outras mulheres negras, o que transforma o seu ato num posicionamento político. Contudo, ao tomarem consciência de que manter seus cabelos naturais coloca suas relações emocionais

mais íntimas e sociais em risco, muitas podem facilmente ficarem inclinadas a alisar seus cabelos e de certa forma evitar esses conflitos, mas bell hooks (2005, p. 6) coloca que “nem sempre temos de renunciar a nossa capacidade de ser pessoas que se auto definem para ter sucesso no emprego”, destacando sua própria experiência pessoal, quando conquistou uma vaga de emprego em Yale e na seleção para a mesma encontrava-se com seu cabelo em sua forma natural, sem aplicação de qualquer tipo de alisamento e ressalta a importância representativa na desconstrução desta imposição da branquitude a estética afro:

Em uma de minhas conversas que se concentravam na construção social da identidade da mulher negra dentro de uma sociedade sexista e racista, uma mulher negra veio até mim no final da discussão e me contou que sua filha de sete anos de idade estava deslumbrada com a ideia do cabelo loiro, de tal forma que ela havia feito uma peruca que imitava os cachinhos dourados. Essa mãe queria saber o que estava fazendo de errado em sua tutela, já que sua casa era um lugar onde a condição de negro era afirmada e celebrada. Mas ela não havia considerado que o seu cabelo alisado era uma mensagem para a sua filha: nós mulheres negras não somos aceitas a menos que alteremos nossa aparência ou textura do cabelo (HOOKS, 2005, p. 7).

A agressão pela qual mulheres negras têm passado devido ao alisamento de seus cabelos naturais tem despertado nas mesmas um sentimento comum, está acontecendo atualmente um posicionamento de muitas mulheres no sentido de não mais alisar seus cabelos crespos e cacheados, renunciando à estética do cabelo liso a assumindo seus fios naturais. Talvez isso seja a volta de um ato não muito distante vivido pelo Cabelo e resistência, anos 1960 e o movimento *black power* (em português: "poder negro") é um slogan político e um nome para várias ideologias associadas que visam alcançar autodeterminação para pessoas de ascendência africana. É usado principalmente, mas não exclusivamente, por afro-americanos nos Estados Unidos), o qual surgiu na década de 1960 como um movimento político e identitário, marcado pelo uso do cabelo natural em destaque, como enfrentamento da imposição da estética eurocêntrica, e pelo slogan *Black is beautiful*, ou seja, “ser negro é lindo” (COUTINHO, 2011).

Durante os anos 1960, os negros que trabalhavam ativamente para criticar, desafiar e alterar o racismo branco sinalavam a obsessão dos negros com o cabelo liso como um reflexo da mentalidade colonizada. Foi nesse momento em que os penteados afros, principalmente o black, entraram na moda como um símbolo de resistência cultural à opressão racista e fora considerado uma celebração da condição de negro(a). Os penteados naturais eram associados à militância política. Muitos (as) jovens negros(as), quando pararam de alisar o cabelo, perceberam o valor político atribuído ao cabelo alisado como sinal de reverência e conformidade frente às expectativas da sociedade (HOOKS, 2005, p. 2).

Frantz Fanon (2008, p. 186) diz que “diante do branco, o negro tem um passado a valorizar e uma revanche a encaminhar” e foi este sentimento que tomou conta do movimento negro nos Estados Unidos na luta pelos direitos civis da década de 60, e que trouxe nomes como os Panteras Negras, Angela Davis, Malcom X e Martin Luther King. Maria Carolina de Jesus e Conceição Evaristo tem seus relatos bem marcados ao que passaram com relação aos seus cabelos crespos.

Sobre a inserção de negros nas empresas, a Pesquisa do Instituto Ethos, de 2015, aponta que apenas 3,6% das grandes empresas contam com políticas de inserção de negras e negros no quadro de funcionários. Já as mulheres negras eram escassas 0,6% das executivas. No Brasil, a rápida formação e expansão das classes em nossa sociedade, o negro sempre teve dificuldades de ascensão social, seja em decorrência de ter sido escravo no passado colonial, seja também pelo racismo, elemento arcaico que é preservado e remodelado, interferindo nos processos da modernização e de instalação das classes.

Diante dessa dificuldade de ascensão social que a mulher negra sempre teve, Jurema Werneck (2009) pontua que as mulheres negras devem ser compreendidas como uma articulação de heterogeneidades, que devem confrontar a dominação eurocêntrica em várias épocas, a modernidade racializada, racista e heterossexista e suas configurações atuais. E embora, tenha sido criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) no ano de 2003, representou e representa um avanço no processo de construção de uma democracia substantiva, pois, significa a concretização de uma das importantes demandas do movimento negro e de mulheres negras junto ao Estado brasileiro, um dos responsáveis pelos séculos de escravismo e manutenção de mecanismos de subalternização da população negra até hoje, inclusive através do racismo institucional.

Racismo institucional esse pelo qual os sujeitos da pesquisa nos relataram que passaram, Marielle Franco trouxe em sua fala que enquanto acadêmica, sofreu racismo velado, a despeito o Instituto da Mulher Negra fundado em 1988 (Gelédes Categoria: Discriminação e Preconceitos) traz uma matéria sobre discriminação e preconceito e que o racismo no Brasil é “estrutural e institucionalizado”, assim sendo afirmado pela ONU (Organização das Nações Unidas). Num estudo publicado pela mesma, os especialistas concluem que o “mito da democracia racial” ainda existe na sociedade brasileira e uma parte “nega a existência do racismo”.

O documento surge num momento em que o racismo no Brasil volta a ser tema de discussão. No ano de 2014 a equipe de futebol Grêmio de Porto Alegre foi excluída da Taça do Brasil devido ao comportamento racista dos seus adeptos no jogo contra o Santos, no dia 28 de agosto de 2014. Outro caso é o de uma jovem negra do estado Minas Gerais que publicou no Facebook uma fotografia em que aparece com o seu namorado branco. A jovem foi vítima de injúrias raciais. Um dos perfis da rede social escreveu: “Onde comprou essa escrava?”. Em seguida: “Me vende ela”. O estudo da ONU diz ainda que os negros no Brasil são os que mais são assassinados, têm menor escolaridade, menores salários, maior taxa de desemprego, menor acesso à saúde, morrem mais cedo e têm a menor participação no Produto Interno Bruto. São também a parte mais representada nas prisões e os que ocupam menos postos no governo.

A organização sugere que se “desconstrua a ideologia do branqueamento que continua a afetar as mentalidades de uma porção significativa da sociedade”. Também destaca que “o Brasil não pode mais ser chamado de uma democracia racial e alguns órgãos do Estado são caracterizados por um racismo institucional, nos quais as hierarquias raciais são culturalmente aceitas como normais”.

Quanto ao espaço acadêmico o qual foi negado há muito tempo aos negros/as, se apresenta ainda com resquícios de preconceito e racismo. A pesquisadora do Núcleo de Estudos Negros da Universidade Federal de Santa

Catarina (UFSC) Joana Passos diz que o racismo segue desafiando negros. "O racismo não desapareceu da sociedade brasileira, sendo assim, também não desapareceu da universidade", afirma. Tudo isso vem de encontro com o que os sujeitos desta pesquisa explanaram.

POSSIBILIDADES VISLUMBRADAS ATRAVÉS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

As cotas raciais, ou seja, as Políticas Afirmativas são a porta de entrada para a inserção da mulher negra no meio acadêmico e a promessa da educação como via para ascensão socioeconômica.

O antropólogo Kabengele Munanga (2010) considera que a cota é apenas um instrumento e uma medida emergencial enquanto se busca outros caminhos. Se o Brasil, na sua genialidade racista, encontrar alternativas que não passam pelas cotas para não cometer injustiça contra brancos pobres - o que é uma crítica sensata - ótimo. Esta constatação é apresentada através dos relatos dos sujeitos da pesquisa:

Para Maria Carolina de Jesus:

Aos 22 anos minha meta era ter um diploma de nível superior, uma formação profissional que possibilitasse um futuro melhor para minha família. Coursar Serviço Social foi um privilégio, um presente que mudou minha perspectiva de vida e foi através da oferta de bolsa pelo Programa Universidade para Todos - Prouni que pude estudar na Faculdade. Foi uma escolha mediada pela oportunidade.

E continua:

O processo é dialético e uma via de mão dupla. Embora os desafios apresentados, essa formação é uma imersão que possibilita transformação de vida e promove a identificação com a luta da classe trabalhadora ante as múltiplas expressões da questão social e o projeto de sociedade que se pretende construir.

No cenário contemporâneo os desafios são múltiplos e precisamos superar o fatalismo, aquela ideia de que os problemas são macro e as possibilidades, mínimas. De fato, o são, todavia não é o fim. As instituições refletem a lógica burguesa e o cumprimento de sua agenda e como forma de enfrentamento da crise adotam o corte de recursos, sejam financeiros ou humanos, minimizar os gastos e maximizar os lucros. Por isso, no espaço sócio ocupacional em que estou inserida tenho buscado articular o meu trabalho a outras políticas e o fortalecimento junto ao Conselho de Classe, também investindo na formação continuada, ou faço isso, ou me moldo ao que me é colocado de forma acrítica, sem reflexão, sem compromisso ético e político. (MARIA CAROLINA DE JESUS, 2018)

Conceição Evaristo relata:

"não tenho dúvidas que o curso contribuiu muito no meu processo de construção e desconstrução coletivas. Entendo que somos seres humanos incompletos e inacabados em processo de desenvolvimento, e que todos os dias aprendemos coisas que contribuem neste processo, isso ocorreu no período que estava na

academia e fora dela. As contribuições do curso, descrevendo de forma geral foram:

**As influências dos autores que o curso traz.*

**Os debates em sala que foram de grande contribuição.*

**O contato com vários profissionais, que atuam em várias áreas e a experiência dos professores.*

**O caráter sociopolítico, crítico e interventivo do curso.*

As pesquisas, grupos de estudo, estágio, seminários, palestras entre outros.

Referente as possibilidades, penso que a autonomia profissional, o pensamento social crítico, a categoria profissional unida, e a resiliência do profissional de serviço social, são grandes possibilidades nesse processo. (CONCEIÇÃO EVARISTO, 2018)

Para Marielle Franco:

[...] em destaque na minha consciência política. A compreensão que tenho hoje da estrutura do mundo, que determina as relações sociais, a cultura, os governos, me oportuniza ter escolhas conscientes. Ter a leitura de políticas públicas, também foi uma aprendizagem que construí na academia, que foi preponderante para eu saber me posicionar de forma crítica e propositiva, não apenas enquanto profissional, mas também nas minhas relações privadas. (MARIELLE FRANCO, 2018)

Com base nestes depoimentos, fica evidente o grande aproveitamento do curso de serviço social para as mudanças nas vidas das participantes da pesquisa, principalmente com relação a leitura de condição de ser mulher negra. A educação foi colocada como um dos principais, senão o mais importante, determinantes para a ascensão social de um modo geral e, neste caso específico do nosso estudo das experiências de mulheres negras egressas do Curso de Serviço Social. Através da educação formal essas mulheres conseguiram se inserir no mercado de trabalho qualificado e transformar a sua realidade socioeconômica e ainda contribuir na manutenção da família.

Além de ficarem fortalecidas, empoderadas e consciente dos seus direitos de cidadãs para poder cobrar das autoridades a efetivação destes direitos, individual e coletivamente. Contudo, de acordo com os relatos das mesmas, o acesso à educação foi muito difícil, principalmente por causa da cor da pele.

De acordo com Jurema Werneck (2009) as disparidades raciais em relação às mulheres negras, potencializadas pela desigualdade de gênero e pelo efeito na escolaridade, tem impacto no mercado de trabalho. Portanto, não podemos desarticular a discussão da raça e gênero do contexto de pobreza, pois assim podemos contribuir com o enfrentamento do racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se, nas respostas das participantes da pesquisa, que houve algumas descobertas no período em que elas estiveram inseridas no curso superior enquanto acadêmicas do Curso de Serviço Social, dentre estas descobertas que, para além de estudantes, essas mulheres compreenderam que se constituíam como pessoas de direitos, esse fato pode ser considerado como uma das possibilidades vislumbradas no percurso do curso, assim como, o fato de terem acessado o curso superior já se constitui como uma possibilidade de mudança em

suas vidas, tendo em vista que algumas dessas mulheres, contra todas as adversidades, conseguiram chegar a universidade, concluíram o curso ao qual escolheram e alcançaram um lugar de destaque no tecido social. Entretanto, os dados demonstram que as mulheres negras ainda enfrentam discriminação e preconceito de gênero e raça, e essa pesquisa apesar da pequena amostra constatou que algumas participantes sofreram discriminação e preconceito em sua trajetória de vida e acadêmica, o que se constitui como dificuldades nessa jornada.

Nesse sentido, observa-se através dos índices apresentados por órgãos nacionais que as pessoas negras ainda estão entre as mais afetadas pelo desemprego, subemprego e trabalhos informais; sendo principal alvo da violência seja contra as mulheres negras através de violência doméstica ou feminicídio; seja através dos jovens negros, os quais são assassinados cotidianamente pela polícia nas periferias, o fato de uma das personagens mencionar que não se pode ser fatalista também demonstra uma das barreiras colocadas como empecilho no processo de formação, ou seja, constituir o sentimento de resiliência se faz fundamental para essas mulheres seguirem a caminhar sem deixar as dificuldades virarem discursos fatalistas e sem perspectiva de mudanças concretas.

Logo, essa pesquisa trouxe como propósito compreender quais foram as possibilidades e dificuldades que se materializam no processo de formação das egressas negras do curso de Serviço Social de uma Instituição privada, dentre os já apresentados observa-se que das pesquisadas apenas uma não está trabalhando na área de sua formação, as demais já estão locadas em espaços socio ocupacionais, como assistentes sociais, esse fato denota que a formação profissional possibilitou a essas mulheres galgarem um trabalho que exige nível superior o que remete a melhores salários, ampliando assim uma melhora em suas condições socio econômicas. A pesquisa também pode ser considerada um incentivo aos novos/as pesquisadores/as para que busquem ampliar e aprofundar estudos sobre a questão das mulheres negras no universo acadêmico, pois essa temática ainda é pouco explorada, sendo de suma importância para vislumbrar os desafios e potencialidades do processo de formação das mulheres negras frente há diversidades e obstáculos que não fazem parte do universo das pessoas não negras. Portanto, a educação é uma das principais possibilidades de mudanças para a ascensão social da população negra.

Possibilities and difficulties of black women in the process of training in social service

ABSTRACT

The purpose of this article is to understand the possibilities and difficulties that have materialized in the process of training black graduates of the Social Work course of a Private Institution in the Municipality of Curitiba / PR. Interest in the topic began with the understanding of gender and ethnic racial issues experienced in discussions of the research group Working, Gender, and Domestic and Family Violence (GETRAVI) from 2014. Through the meetings and debates in the group of research has shown that women accumulate triple working hours and in this sense we seek to understand how the process of formation of women who declared themselves black has materialized. Because we understand that these women still face discrimination rates in a broader range than women who declare themselves to be white, we opted for the racial ethical cut in this research. Thus, we performed a qualitative research through the application of a semistructured questionnaire and the universe of the study considered 66 black students and only four accepted to contribute to the research. After analyzing the data, it was observed that one of the difficulties explained in the speeches was the issue of veiled racism in academic space and, in relation to the possibilities, some statements showed an increase in self-esteem, empowerment as a woman and black in the face of the obstacles experienced in the academic journey.

KEYWORDS: Black women; Academic training; Genre; Social service.

Posibilidades y dificultades de las mujeres negras en el proceso de formación en servicio social

RESUMEN

El presente artículo tiene por objetivo comprender cuáles fueron las posibilidades y dificultades que se materializaron en el proceso de formación de las egresas negras del curso de Servicio Social de una Institución Privada en el Municipio de Curitiba / PR. El interés por la temática se inició a partir de la comprensión de las cuestiones de género y étnico raciales vivenciadas en las discusiones del grupo de investigación Trabajo, género, y violencia doméstica y familiar (GETRAVI) a partir de 2014. A través de los encuentros y los debates en el grupo de investigación se observó que las mujeres acumulan triples jornadas de trabajo y en ese sentido buscamos comprender cómo se materializó el proceso de formación de las mujeres que se auto declararon negras. Por comprender que esas mujeres, en la actualidad, todavía enfrentan índices de discriminación en mayor amplitud que las mujeres que auto se declaran blancas se optó por el recorte étnico racial en esa investigación. Siendo así, realizamos una investigación cualitativa por medio de la aplicación de un cuestionario semiestructurado siendo que el universo de la investigación consideró 66 edades negras y de ese público apenas cuatro aceptaron contribuir con la investigación. Después de los análisis de los datos, se observó que una de las dificultades explicitadas en las conversaciones fue la cuestión del racismo velado en el espacio académico y, en relación a las posibilidades, algunas palabras presentaron el aumento de la autoestima, del empoderamiento como mujer y negra ante los obstáculos vivenciados en la jornada académica.

PALABRAS CLAVE: Mujeres Negras. Formación académica. Género. Servicio social.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Mirian Veras. **A investigação em Serviço Social**. São Paulo- Veras Editora. Portugal (Lisboa). CPIHTS- Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, 2006.

BAUER, Carlos. **Breve História da mulher no mundo ocidental**. São Paulo: Xamã. Edições Pulsar. 2001.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. São Paulo, 1987.

BELTÃO, Kaizô Iwakami; TEIXEIRA, Moema De Poli Teixeira. **O Vermelho E O Negro: Raça E Gênero Na Universidade Brasileira — Uma Análise Da Seletividade Das Carreiras A Partir Dos Censos Demográficos De 1960 A 2000**. IPEA, 2004. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1052.pdf> Acesso em 05 de abril de 2018.

BRASIL. **Ministério da Educação (MEC)**. Disponível em <https://servicos.gov.br/orgao/http-estruturaorganizacional-dados-gov-br-id-unidade-organizacional-244?pk_campaign=busca> acesso em 14 de março de 2017.

BRASIL. **Sobre a SEPPIR** – Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/sobre-a-seppir/a-secretaria>> Acesso em: 24 de junho de 2018.

CASAGRANDE, Lindamir Salete; LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de. Violência simbólica de gênero em duas Universidades Brasileiras. In: WANZINACK, Clóvis; SIGNORELLI, Marcos Claudio (orgs). **Violência, gênero e diversidade: Desafios para a educação e o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Autografia, 2015, p. 79-108.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o Estudo do Perfil Profissional**. 2005, Disponível em <http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf> Acesso em 13 de outubro de 2017.

ETHOS. **O instituto**. Disponível em <<https://www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/#.WygmidVKjIU>> Acesso em – 18 de junho de 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008

FRÔ, Maria. Kabengele Munanga: Nosso racismo é um crime perfeito. **Revista Fórum**, 2011. – Disponível: <https://revistaforum.com.br/bmariafro-kabengele-munanga-nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/> >. Acesso em: 25 de junho de 2018.

GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra. **Racismo no Brasil é “estrutural e institucionalizado”**. Disponível em: https://www.geledes.org.br/racismo-brasil-e-estrutural-e-institucionalizado/?gclid=Cj0KCCQjwpcLZBRCnARIsAMPBgF2LY2f1DaKwL5SaF_p909wm3X34Nka6uo3EixEuwBODT12x9SkGTzEaAmFFEALw_wcB. Acesso em 24 de junho de 2018.

GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra. **Sobre a solidão da mulher negra**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sobre-a-solidao-da-mulher-negra/>. Acesso em: 06 de abril de 2018.

GELEDÉS- Instituto da Mulher Negra. **'Solta esse black'**: estudantes do RJ criam movimento pra acabar com machismo e racismo dentro da sua escola. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/solta-esse-black-estudantes-rj-criam-movimento-pra-acabar-com-machismo-e-racismo-dentro-da-sua-escola/>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Brasília: julho de 2001. [texto para discussão no 807].

HOOKS, Bell. Alisando o nosso cabelo. **Revista Gazeta de Cuba** – Union de escritores y artista de Cuba, Tradução Lia Maria dos Santos, p. 1-8, Jan-Fev. 2005. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/alisando-o-nosso-cabelo-por-bell-hooks/>> Acesso em 21 de junho de 2018.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Gisell. Problematizando o conceito de empoderamento. In: II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. **Anais...** Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007. Disponível em: http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf. Acesso em: 21 de junho de 2018.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

LPS. **A vida da mulher negra no Brasil**. – Disponível em: <http://www.lutapelosocialismo.org.br/400/a-vida-da-mulher-negra-no-brasil> acesso em: 04 de outubro de 2017.

MARCONDES, Mazzini Mariana; PINHEIRO Luana; QUEIROZ, Cristina; QUERINO Ana Carolina; VALVERDE, Danielle. **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**: Um Ensaio Sobre sua Gênese, a "especificidade" e sua reprodução. São Paulo, Cortez, 2007.

MUGANGA, Kabengeli. **Cem Anos e Mais de Bibliografia sobre o Negro no Brasil**. USP, 2002

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 5 ed. São Paulo, Cortez, 2007.

PEREIRA, Maria Elizabete (org). **Gênero e Diversidade na Escola**. Formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientações 15 sexuais e relações étnico-raciais. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em:

<http://www.sepm.gov.br/publicacoesteste/publicacoes/2007/gde-2007.pdf>

Acesso em: 10/08/2018

VILA NOVA, Adeildo; SANTOS, Edjan Alves dos. **Mulheres negras**: história de resistência, de coragem, de superação e sua difícil trajetória de vida na sociedade brasileira. Duque de Caxias, RS, 2013.

WERNECK, Jurema: “Somos herdeiras de mulheres que construíram a própria força”. **Geledés**. Disponível em < <https://www.geledes.org.br/jurema-werneck-somos-herdeiras-de-mulheres-que-construiram-propria-forca/>. Acesso em 18 de junho de 2018.

Recebido: 31/01/2019

Aprovado: 05/05/2019

DOI: 10.3895/cgt.v12n40.9486.

Como citar: OLIVEIRA, Glacielli Thaiz Souza de; DUARTE, Maria Alves de Lima. CASAGRANDE, Lindamir Salete. Possibilidades e dificuldades das mulheres negras no processo de formação em serviço social. **Cad.**

Gên. Tecnol., Curitiba, v. 12, n. 40, p. 169-188, jul./dez. 2019. Disponível em:

<https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Glacielli Thaiz Souza de Oliveira. Rua Cascavel, 1184, sobrado 01, Curitiba, Paraná, Brasil.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

